

A LUSITÂNIA ENTRE ROMANOS E BÁRBAROS

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
M. CONCEIÇÃO LOPES
PEDRO C. CARVALHO

[COORD.]



COIMBRA | MANGUALDE | 2016

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros

COORDENAÇÃO

José d'Encarnação

M. Conceição Lopes

Pedro C. Carvalho

CAPA

José Luís Madeira

DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO

José Luís Madeira

EDIÇÃO

Instituto de Arqueologia | Secção de Arqueologia
Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra

IMPRESSÃO

Sersilito, empresa gráfica, lda

ISBN

978-972-9004-31-5

DEPÓSITO LEGAL

TIRAGEM

500 exemplares



In Memoriam

VENTO E ARAGEM

Essa, a sensação: o João chegou, parou uns momentos e... abalou!
Se foi vento, por tudo abarcar e depressa, também foi aragem - na intensa vivência serena de cada momento.

A realização desta mesa-redonda prova a sua tenacidade no cumprimento - difícil! - de um compromisso assumido.

Honra ao mérito!

Requiescat in pace!

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

MUDANÇA E CONTINUIDADE NO POVOAMENTO RURAL NO ALTO ALENTEJO DURANTE A ANTIGUIDADE TARDIA

André Carneiro¹

Resumo

O Alto Alentejo constitui-se como uma região extensa e muito diversa nas suas paisagens. Essa heterogeneidade ajuda a definir uma rede de povoamento que em época romana apresenta grandes variações, desde as áreas plenamente inseridas nos circuitos da *romanidade* até sub-regiões onde a presença é escassa ou parece preservar uma identidade arcaica. Durante a Antiguidade Tardia os fenómenos de evolução diferenciada acentuam-se: a rede de povoamento sofre uma retracção, abandonando-se as áreas periféricas, e nos territórios mais próximos da capital provincial, *Augusta Emerita*, e/ou da rede viária que percorre este espaço, criam-se reformulações na arquitectura e vivência das *villae*. Na passagem do tempo vemos profundas alterações no modo como se vive em meio rural, quer pela presença de novas comunidades, quer também pela implementação do cristianismo que conduz a novas formas de perceber os sítios e o território.

Analisa-se as linhas evolutivas neste território, procurando caracterizar os novos perfis de ocupação nos sítios e as alterações na estrutura da rede de povoamento.

¹ Departamento de História da Universidade de Évora. Investigador do CHAIA/UE. ampc@uevora.pt.

A nossa identidade está no modo como vemos as coisas e os outros.

Claudio Magris

1. O Alto Alentejo: território e povoamento

O território em análise corresponde ao espaço que nos autores clássicos se designa como a *Mesopotâmia ibérica*², por se encaixar entre os dois grandes rios que marcam a área ocidental da província da *Lusitania*: o Guadiana, a sul e a leste, e o Tejo, a norte e a ocidente. Também por estes motivos, trata-se de uma região rica em recursos hídricos, com abundantes mananciais e nascentes, que se somam a extensas manchas de solos de elevada capacidade agrícola, propiciando portanto um conjunto de recursos naturais que possibilitam uma plena exploração agro-pecuária. Existem também numerosos recursos que interessaram ao poder romano, como as explorações auríferas do Tejo ou a extracção de mármore no anticlinal de Estremoz, como os exemplos mais significativos. Por estes motivos, não surpreende que se trate de um território densamente povoado em época imperial, acrescentando ainda o facto de ser no actual território português o mais próximo da capital provincial, *Augusta Emerita*, e ser atravessado por três vias que punham em contacto a cidade com o seu porto de mar atlântico, *Felicitas Iulia Olisipo*. Em resumo, e juntando estes dados, facilmente se compreende que estamos em pleno foco de atenção da geo-estratégia imperial romana, que desde cedo entendeu este espaço como um alfobre de recursos que interessava explorar e que deveriam ser geridos com grande atenção e, possivelmente, integrando-os em parte

² Estrabão, *Geog.* III. 1. 6.; III. 3. 3.

sob o domínio de administração directa da capital provincial.

Todavia, trata-se de uma região desequilibrada na expressão das pautas de povoamento. Se o arco sudeste parece em pleno contacto com *Augusta Emerita*, de onde recebe investimentos, produtos e habitantes (situação propiciada pelos itinerários referidos), à medida que avançamos para ocidente e para norte vemos como as grandes *villae* escasseiam progressivamente, perdendo as suas componentes de *otium* e de mundividência cultural para se tornarem estabelecimentos de grandes dimensões onde a componente agro-pecuária, com vinculação ao território envolvente, se torna mais marcada, até desaparecerem por completo nos registos de prospecção quando chegamos às *terras de areia* nos concelhos de Gavião, Ponte de Sôr ou Avis. Da mesma forma, a concentração de sítios arqueológicos vai diminuindo, até atingir uma notável rarefacção, uma vez que apenas junto às vias se encontram alguns pontos de povoamento com poucas evidências de superfície. Por estes motivos, a pauta de distribuição de sítios é muito variada e altera-se em função do quadro paisagístico, das pré-existências culturais e, naturalmente, das potencialidades económicas. Mais, desaparecem os sinais típicos da *romanidade*, vindo à superfície as marcas do *fundo indígena* que povoa a região, parecendo assim estarmos em *territórios ultra-periféricos* quanto à profundidade da integração imperial. Nesta linha de análise, outra característica que capta a atenção reside na rarefacção da rede urbana, visto que apenas a *urbs* de *Ammãia* (Marvão) comprovadamente desempenhou funções urbanas em toda a extensão territorial considerada. A ausência de um tecido estruturado talvez reflecta afinal a força das elites rurais que poderão ter desempenhado um papel central na organização do território, na transmissão dos valores culturais e civilizacionais e, sobretudo, na dinâmica económica e exploração das valências existentes. A chave de leitura, portanto, poderá residir no papel central que as *villae* terão tido enquanto células que estruturaram o território, sendo que em algumas delas teríamos com elevada probabilidade *possessores* que residiam a tempo inteiro e que, de forma privada, assumiam o papel estruturante que em outros lugares estava conferido aos núcleos urbanos. Seja como for, e considerando que alguns *lugares centrais* ainda estão ocultos e por identificar, podendo vir a alterar substancialmente este panorama, importa reter que esta área geográfica é densamente povoada e explorada em época imperial, embora de forma heterogénea e variada, criando uma rede onde *territórios centrais* e *territórios periféricos* se sucedem a curtas distâncias³.

³ Para um enquadramento mais amplo de todas estas questões, ver Carneiro, 2011.

2. O tempo em transformação: indicadores de mudança

O mundo rural é o nosso campo de trabalho nesta região onde o tecido urbano é, como vimos, quase inexistente. Desta forma torna-se necessário perceber quais as mudanças na rede de povoamento (em geral) e a emergência de novas formas de viver no campo (ou seja, em cada sítio em particular), mas também tomar em consideração as limitações existentes na análise, em especial quando lidamos com o *factor-tempo*: na realidade, estamos a tratar de uma área geográfica onde as debilidades informativas são evidentes, quer quanto às estratigrafias que definem as *cronologias finas* (nenhuma publicada), quer quanto às alterações estruturais intra-sítio (difíceis de detectar porque muita da massa informativa provém de escavações antigas onde não existia sensibilidade para a detecção destas realidades), quer ainda para as colecções artefactuais (escassos conjuntos publicados e geralmente sem contexto). Por estes motivos, torna-se difícil ler a situação, quer no tocante às últimas fases de ocupação e momentos de abandono intra-sítio, quer no tocante à *cartografia temporal* das redes de povoamento.

Em primeira análise, o panorama é brutal: comparando as pautas do tecido de sítios com indicadores de época imperial com aqueles que apresentam evidências do século V em diante, verifica-se um vazio tremendo no Alto Alentejo. Escassos são os sítios que apresentam elementos de continuidade⁴, maioritariamente concentrados nas áreas urbanas (em torno a *Ammaia* e no arco sudeste, mais próximo da capital provincial) e em algumas faixas do território central, onde em época imperial o panorama assenta em grandes *villae* extensivas que dominam latifúndios de exploração agro-pecuária (nos concelhos de Monforte, Arronches, Crato, Fronteira...).

Claro que, como em outros domínios, este panorama drástico reflecte sobretudo o estado actual dos conhecimentos, e não uma decisiva fractura no momento temporal. Seja como for, tentemos olhar para os escassos dados disponíveis para detectar tendências que a investigação venha ou não a confirmar.

2. 1. Alterações no modelo fundiário e na posse da terra

Os tempos finais do Império trazem profundas alterações nos cadastros rurais e na organização das propriedades. Progressivamente vão-se acentuando alguns fenómenos que concorrem para modificações na paisagem

⁴ No sentido estrito da palavra, de um *continuum*, excluindo portanto fenómenos de reocupação ou reutilização que serão tratados mais à frente. Refiro-me unicamente a uma persistência de povoamento em evolução, o que me parece ocorrer só em sítios particulares do Alto Alentejo, e não como dinâmica geral.

dos campos, e que se originam em esferas diversas mas que se combinam entre si. Desde logo, no âmbito social temos um diferente entendimento da vida urbana e uma suposta *fuga para os campos* que ainda está por comprovar arqueologicamente, mas é indiscutível o declínio da vivência na *urbs* e uma progressiva monumentalização ostentatória das *villae*, onde o *dominus* expressa de forma plena a sua influência social e capacidade cultural. A residência rural, cada vez mais ampla e ricamente decorada, emulando os protótipos imperiais, torna-se o palco central das alianças políticas e sociais. Por estes meios os *domini* vão também evidenciar uma das características da sociedade do final do Império, que consiste no progressivo distanciamento entre os extremos da escala social, ou o fortalecimento económico-social de uma elite que vai tendo cada vez mais recursos financeiros à sua disposição, enquanto uma fatia da população que dispunha de proveitos económicos vai progressivamente perdê-los, caindo numa espiral de empobrecimento⁵. Desta forma originam-se os *multi-proprietários*, uma elite que vai concentrando terras nas suas mãos, por vezes em diferentes províncias do Império, um processo que inclusivamente se encontra retratado nos textos literários⁶. Este processo implica um outro, a jusante: muitas propriedades serão abandonadas em proveito de outras, assistindo-se a um fenómeno de *concentração fundiária* e à criação de latifúndios cada vez mais extensos⁷. Muda a repartição da propriedade, altera-se o cadastro rural e a própria paisagem. Também porque assistimos a uma reorientação económica: a hiper-especializada economia do Império cede passo a um aproveitamento dos campos que cada vez mais incide na economia de largo espectro. Onde anteriormente tínhamos propriedades com vocações específicas e uma agricultura de regadio que proporcionava elevados rendimentos mesmo em terrenos limitados, vemos agora o modelo agro-pecuário extensivo. Portanto o campo reflecte outras alterações, mais vastas, que ocorrem na *super-estrutura* imperial: para além da perda de competências técnicas na elaboração de produtos altamente rentáveis, o progressivo fechamento da economia leva a que os circuitos comerciais se tornem progressivamente mais débeis e restritos, e que

⁵ O autor que de modo mais profundo reflectiu de forma conjunta e interligou estas dinâmicas será seguramente Peter Brown (em especial no seu trabalho de 1995, versão francesa consultada).

⁶ Para este tema existe já um considerável conjunto de bibliografia recente, entre os quais Chavarría Arnau, 2005 e 2007: parte II; Scott, 2004; Sfameni, 2006 (com numerosas referências às fontes); Wickham, 2008: 252-253. Para um enquadramento geral ver Brogiolo e Chavarría Arnau, 2008.

⁷ Considero aqui unicamente os fenómenos originados na esfera privada, sem considerar movimentos idênticos no âmbito da hierarquia eclesiástica (Wolfram, 2012: 108-112) e no domínio das cobranças coercivas do fisco pelas estruturas estatais (Wickham, 2008: 167-232).

caminhemos para uma agro-pecuária cada vez menos sofisticada⁸.

Na região em estudo, como são visíveis estes processos no registo arqueológico? Começemos pela concentração fundiária. Um exemplo poderá ser visto, de forma indirecta, na *villa* de Torre de Palma, em Monforte⁹. De acordo com a análise arquitectónica feita pela equipa francesa¹⁰, o complexo da adega e do lagar anexo encontram-se durante o século V em ampliações constantes, sempre no sentido do reforço da capacidade produtiva. Este fenómeno pode ser consequência de duas situações: ou o *fundus* de Torre de Palma foi sucessivamente ampliado, ou então a propriedade começou a receber cargas de outras explorações em volta, podendo ter funcionado como prestadora de serviços para *villae* que não tinham ou desfuncionalizaram estas estruturas produtivas. A meu ver, contudo, este processo não pode ser dissociado de um outro que se verifica no mesmo sítio arqueológico: a construção de um complexo basilical (também em ampliação constante) que inclui baptistério. O que significa este reforço paralelo? Temos um *dominus* que neste investimento bicéfalo reforça a sua capacidade de intervenção ao nível económico (capitalizando a estrutura produtiva) e social (por via da polarização religiosa), ou teria a propriedade entrado na posse de um clérigo, ou da própria Igreja, que se assume como prestadora de serviços de diversa ordem¹¹? Seja qual for a causa, trata-se indiscutivelmente de um fenómeno que consubstancia o reforço do papel que Torre de Palma desempenha na região em torno.

Em sentido contrário, detectam-se sítios abandonados. O caso mais emblemático, porque bem comprovado arqueologicamente, situa-se em Elvas, na *villa* de Quinta das Longas. Toda a *pars urbana* foi escavada, e na residência os sinais de abandono situam-se homoganeamente em torno a meados do século V. O fenómeno é tanto mais interessante quanto o Cristianismo fez uma aparição relativamente precoce, na reforma que o edificado sofreu em torno a meados do século III, mas essa adição não foi suficiente para provocar uma maior longevidade na presença humana

⁸ As *pizarras visigóticas* demonstram “una ausencia casi total de cualquier mención a lazos económicos con el mundo exterior. Los textos de Diego Álvaro muestran una tradición romana reducida al plano de la microrregión.” (Wickham, 2008: 333). Sobre os testemunhos epigráficos, ver Velazquez Soriano, 1989.

⁹ Para todas as referências a sítios arqueológicos remeto o leitor para o volume II de Carneiro, 2011, onde se poderão encontrar textos descritivos das diversas realidades materiais com o seu enquadramento regional, e também uma bibliografia exaustiva para cada local.

¹⁰ Lancha e André, 2000.

¹¹ O que poderia explicar a gravação de uma cruz no enorme peso de lagar que se encontra no complexo produtivo, cuja aposição poderia marcar a marcação simbólica de um *elemento impuro* de grande importância para a vivência económica do local, e que assim ficava *integrado*, transferido para a nova ordem produtiva que se estava a estabelecer.

no local. Quais os motivos? Seria a Quinta das Longas uma *villa* com uma vocação lúdica ligada ao *otium* e à *contemplatio*, e por isso mais difícil de ser reconvertida? Embora não escavada, existe uma *pars rustica* e alguns materiais descontextualizados ligados às actividades produtivas, mas o domínio fundiário parece ser relativamente restrito, visto que outras *villae* se encontram nas imediações. Seria por isso uma *villa* hiper-especializada, que quebra com as viragens económicas do século V? Ou o sítio passa a ser detido por outro proprietário e é englobado num domínio fundiário mais amplo, e por isso abandonado?

Embora os dados da intervenção arqueológica sejam escassos, fruto da pequena área escavada, o mesmo parece suceder na *villa* de Herdade das Argamassas, em Campo Maior, onde também se verificam sinais de um abandono relativamente precoce, em torno a meados do século V. Aqui destaca-se um aspecto: a proximidade à exploração mineira da Tinoca, sendo que na *villa* são abundantes os escoriais (Sondagem 4), sinal de uma intensa actividade de fundição. Pelos dados da escavação tornou-se evidente que os espaços habitacionais foram abandonados antes do colapso dos telhados¹², deixando escasso registo cerâmico, mas foi recuperada uma curiosa colecção de instrumentos agrícolas em metal¹³ que nos mostram como uma das bases económicas do local assentava na exploração dos frutos da terra, ou então que em momento final¹⁴ se assiste a uma reelaboração do perfil vivencial, visto que a *villa* poderá ter sido reconvertida em grande espaço de armazenamento e apoio a actividades agrícolas, perdendo a sua componente *urbana* de *otium* e fruição. Também na Sondagem 9 vemos como um espaço de habitação é transformado em lixeira, que corta muros de momentos anteriores.

Em outros locais os dados parecem ser coincidentes, apesar da gritante falta de indicadores cronológicos: uma reformulação da paisagem rural que aponta para uma progressiva concentração fundiária, implicando o domínio único sobre bastantes pontos de povoamento e/ou a reformulação do perfil vivencial de várias *villae*. Adiante regressarei ao tema.

¹² Brazuna, 2003: 4.

¹³ Um escopro, um maço em ferro e uma foice sob o derrube (Sondagem 4); uma colher em ferro e um possível elemento de charrua, associados ao derrube (Sondagem 1).

¹⁴ Talvez associado a alguns remendos que na última fase de ocupação são feitos nos pavimentos de mosaico de alguns dos quinze compartimentos postos a descoberto na Sondagem 1, sendo que outros apresentam rasgões que documentam uma *squatterização*, conforme será comentado mais adiante.

2. 2. Novas unidades e modelos de povoamento

Em momento indeterminado no final do Império surge na região um novo modelo de povoamento, que curiosamente hoje está associado à presença de duas grandes barragens: os *povoados fluviais* de Caia (Arronches/Elvas) e de Póvoa e Meadas (Castelo de Vide). Será a presença destes espelhos de água, com os seus sazonais refluxos do nível de água que criam efeitos erosivos, que colocaram visíveis as estruturas identificadoras destas realidades.

No primeiro caso, ao longo do antigo curso do rio Caia existem vários aglomerados populacionais dispersos, ao longo de uma extensão de quilómetros, ocupando as duas margens. Todos apresentam um indiscutível *ar de família*, apesar das naturais individualizações, o que pode indicar conjuntos habitacionais albergando famílias dispersas, em regime de auto-suficiência, que habitavam próximas mas não em aglomerado único. Em alguns denotam-se terreiros e patamares que funcionaram como hortas e/ou existem estruturas de lagares; em todos predominam os fragmentos de *dolium* na cultura material visível à superfície, além de escórias e pesos de tear. Todavia, em nenhum caso se encontram indicadores de conforto ou de monumentalidade, indicando que temos um conjunto de sítios que funcionam em alternativa ao *padrão-villa*, mas que a ele sobrevivem no tempo. Além da base agro-pecuária, temos também o aproveitamento da economia de largo espectro possibilitada pela implantação junto a um curso de água e seus afluentes. Sem dados cronológicos seguros, parece ser possível afirmar que estes sítios atingem o auge em finais do Império, visto que todos os materiais são indiscutivelmente tardios¹⁵, conseguindo manter uma ampla diacronia na presença humana: se em alguns deles se vêem sepulturas de inumação nas proximidades, em especial no topo das suaves elevações da zona, em todos se encontram sepulturas escavadas na rocha nas imediações. No núcleo do Caia existe ainda um relevante conteúdo teonímico em Santa Catarina¹⁶, mais tarde recoberto por uma pequena ermida.

Para Póvoa e Meadas o retrato é idêntico, com a curiosidade de também existirem elementos de religiosidade em época romana¹⁷. Também aqui a variação sazonal do leito da barragem vai colocando à vista — e degradando progressivamente — um conjunto de pontos de povoamento dispersos e

¹⁵ Na ausência de *sigillata* verifica-se que os *imbrices* são muito largos, quase planos e sem a característica curvatura, e as tégulas apresentam a aresta triangular quase vestigial.

¹⁶ Invocação a Belona: Carneiro, 2009-2010: XVIII.

¹⁷ Em fotografia obtida na década de oitenta (Relatório Barragem da Póvoa e Meadas. Castelo Vide. Estação arqueológica tardo-romana. Jorge Oliveira, 10.Dezembro.1986 [dactilografado], Processo IPPAR nº 4.05.005) vê-se um friso decorado com florões, uma peça de mármore que foi relacionada com uma estrutura templiforme.

autónomos, com estreita relação a terraços de hortas e com um *facies* rústico bem evidente, mas todos apresentando uma coerência intrínseca que dá ao conjunto uma indiscutível unidade.

Este novo modelo de povoamento que agora se detecta para o Alto Alentejo não é, em rigor, novo, pois foi identificado em outras regiões¹⁸. Demonstra o modo como no final do Império se desenvolvem modelos de subsistência comunitária articulados em bases económicas menos sofisticadas e distantes do regadio de época imperial, e onde as pequenas hortas proporcionam um complemento às práticas pastorícias desenvolvidas em redor, e à pesca e recolção que o entorno fluvial proporcionava. Pela impressão de superfície não são visíveis espaços monumentalizados ou que pudessem servir de pólo de reunião e/ou de moradia privilegiada, pelo que poderíamos estar perante comunidades de campesinato livre, com coesão interna e indiferenciação no estatuto social.

Em outros lugares, outros modelos de povoamento surgem. Na Serra de São Mamede existem sinais que apontam para uma reocupação dos antigos povoados de altura da Idade do Ferro. Um dos locais onde melhor se vê esta tendência é em Castelo da Crença (Marvão). Na ascensão para o topo temos duas linhas de muralhas: uma mais ampla, feita de blocos caoticamente dispostos, que será de épocas proto-históricas, e uma segunda, mais estreita e com alvenaria colocada de modo cuidadoso e regular, que deverá pertencer a um momento indeterminado, mas talvez no final do Império. No topo existem traços de proto-urbanismo, com ruas centrais e espaços amplos, mas predominam as habitações de planta rectangular e ortogonal, sem compartimentações interiores e com uma laje vertical marcando o local de entrada para o interior do espaço. Os escassos materiais cerâmicos são feitos a torno lento, com pastas pouco compactas e protótipos arcaizantes. Uma situação semelhante ao de outros povoados em altura – Vidais e Castelo do Corregedor, no mesmo concelho – e ao que encontramos em outros pontos de povoamento onde, no entanto, a implantação na paisagem é distinta.

Trata-se dos chamados *povoados escondidos*, porque intencionalmente procuram pontos de difícil acesso, ocultos nas dobras da Serra de São Mamede. Não escolhem pontos altos, como no modelo anterior, mas pequenas plataformas encaixadas nas dobras rochosas, dominando zonas aproveitadas para a horticultura e com acesso a linhas de água. Entre as penedias graníticas da serra encontramos vários destes locais, cuja atribuição

¹⁸ “[...] des zones vides ou peu fréquentées jusqu’alors, en particulier basses vallées, deltas et régions lagunaires, font l’objet d’une intense colonisation aux IV^e et V^e siècles” (Raynaud, 2000-2001: 492). Também Van Ossel & Ouzoulias (2000: 139) elencam exemplos na Gália, como no vale do Meuse e na região Oeste de Paris.

cronológica nem sempre é fácil, visto que alguns exibem sinais de ocupação em época medieval ou mesmo moderna. O momento fundacional, contudo, será seguramente muito anterior: no mais bem conhecido, porque objecto de uma escavação arqueológica, existem numerosos indicadores de época romana. Trata-se do extenso povoado de Monte Velho (Marvão), rodeado por mais de vinte sepulturas escavadas na rocha, com sinais de proto-urbanismo, pois é evidente uma rua central mais larga, subindo em rampa, havendo outras estreitas e serpenteando pelas curvas de nível. Situado no exterior da linha de muros que rodeia o povoado (que não funciona como muralha defensiva, mas como um delimitador da área habitada) encontra-se um forno, o que pode indicar tratar-se de uma estrutura comunitária. Em outros povoados encontram-se lagares e tanques em posição central, o que também remete para utilizações de cariz comunitário. Em Monte Velho, como em outros locais idênticos, as habitações são rectangulares e a entrada está marcada por uma estela de pedra cravada no chão, à semelhança do que se verifica nos povoados de altura. Contudo, os dados trazidos pela escavação são eloquentes: a habitação, que ainda se encontra visível, é “uma casa rectangular” com “uma divisória com abertura”¹⁹, e tinha um primeiro compartimento onde estavam três recipientes de cerâmica, para armazenamento de produtos, à qual se seguia um espaço idêntico com uma acumulação de hematites de ferro e um depósito com restos de fundição do mesmo metal. Além de pesos de lagar, foram também recolhidas sementes “incarbonizadas” de milho miúdo (*Panicum Miliaceum*)²⁰ que poderia ser utilizado para farinhação, pois no local ainda se encontram fragmentos de mós. Ou seja, mais uma vez, testemunhos de uma base económica assente na agro-pecuária, ao qual se adiciona a exploração dos recursos da envolvente. Para além de uma telha com inscrição cristã²¹, são abundantes os materiais romanos, ou em contexto original, ou em reaproveitamento: tégulas, pesos de lagar, um fragmento de canalização. Este *fundo* romano na cultura material parece corresponder a um momento de fundação algures em momento imperial, situação que conviria esclarecer e também procurar em outros destes sítios espalhados pelas faldas da Serra de São Mamede. Seja como for, este conjunto de sítios testemunha um processo de *aldeanização* de pontos periféricos na paisagem, consubstanciando alterações nas relações sociais e a busca de novos modelos económicos.

¹⁹ Paço, 1949: 8 e 9.

²⁰ 1949: 9; 1953: 26.

²¹ Ímbrice com a inscrição (H)IC PAX (H)IC C(H)RIST(V)S realizada antes da cozedura da peça, em telha queimada “pelo incêndio que teria vitimado a casa” (Paço, 1949: 12-13).

2. 3. O desaparecimento dos sítios de média dimensão

Um dos maiores sintomas de fractura na rede de povoamento tardia reside no quase desaparecimento dos sítios de classe média – aqui conscientemente utilizando a dupla acepção do termo, quer do ponto de vista arqueológico, quer no domínio socio-económico. É certo que os dados cronológicos são escassos, pois se poucas são as *villae* escavadas, ainda menos são os casais, que pouco captam a atenção e investimento dos arqueólogos. Mesmo assim, tentemos um elenco dos dados disponíveis obtidos por intervenções arqueológicas:

Possível cronologia de abandono	Topónimo	Concelho
Materiais do século VI	Fontalva	Elvas
	Vinagreira	Elvas
Materiais do século V	Outeiro do Mouro 1	Fronteira
Abandono até ao século V	Sardos	Monforte
	Vences	Fronteira
	Tapada da Ribeira do Carvalho	Castelo de Vide
	Praia da Tojeirinha	Ponte de Sôr

Como breve sumário, parece existir um movimento de abandonos que começa a ocidente, nos *territórios ultra-periféricos* de Ponte de Sôr, e que se vai estendendo progressivamente até Elvas, onde os dois pontos de povoamento apresentam fíbulas visigóticas que pertencem, pelo menos, ao século VI. Indício de reocupações pontuais? Unicamente recorrendo a dados de prospecção, registo contudo que na esmagadora maioria dos sítios classificados como *casais* no Alto Alentejo os indicadores de superfície são unicamente de época imperial, nomeadamente na qualidade de fabrico das cerâmicas de construção – o que, obviamente, não exclui reaproveitamentos que sabemos terem existido.

3. A *villa* como cenário de fracturas nos modelos clássicos

Centremos a nossa análise na *villa* enquanto marca de *romanidade* cultural e que materialmente foram as estruturas fundiárias que dominaram a paisagem, criando um modelo socio-económico de exploração do território e de vivência de acordo com os cânones da cultura clássica. Para definir o momento de abandono em cada sítio temos um universo de análise numericamente superior em relação ao dos casais; embora as escavações continuem a ser escassas, alguns dados foram obtidos em prospecções que, por terem sido sistemáticas e intensivas, apresentam alguma fiabilidade. Cruzando dados, tentemos definir os indicadores cronológicos de presença humana em *villae*:

Possível cronologia de abandono	Topónimo	Concelho	Proveniência da informação
Materiais islâmicos	Quinta do Pião	A. do Chão	moeda - recolha antiga
	Tapada do Severino	Nisa	moeda - recolha antiga
Materiais do século VII	Valbom	Elvas	moeda - recolha antiga
	Horta de São Pedro	Sousel	Materiais paleocristãos
Materiais do século VI	Mascarro	C. Vide	moeda - escavação
	Casarões da Misericórdia	C. Maior	Materiais cerâmicos em prospecção
	Nogueiras	V. Viçosa	Materiais cerâmicos em prospecção
	S. Bento de Ana Loura	Estremoz	Materiais paleocristãos
	Torre do Álamo	Sousel	Materiais paleocristãos
	Monte de S. Francisco	Fronteira	Materiais cerâmicos em prospecção
	Herdade da Palhinha	Fronteira	Epígrafe paleocristã
	Monte de São Pedro	Fronteira	Escavação - materiais cerâmicos
	Santo António das Paredes	Monforte	Materiais paleocristãos
	Torre de Palma	Monforte	Escavação - <i>pars urbana</i> em funcionamento + basílica
	S. Pedro de Almuro	Monforte	Materiais paleocristãos
	Mosteiros	Crato	Materiais paleocristãos
	Vale da Bexiga	C. Vide	Materiais paleocristãos
	Abandono até ao final do século V	Quinta das Longas	Elvas
Terrugem		Elvas	Escavação - <i>villa</i> necropolizada
Ovelheira		Elvas	Escavação - <i>villa</i> necropolizada
Monte S. Salvador		C. Maior	Escavação - <i>pars urbana</i> abandonada
S. Pedro dos Pastores		C. Maior	Escavação - <i>villa</i> necropolizada
Argamassas		C. Maior	Escavação - <i>villa</i> abandonada
Santa Vitória do Ameixial		Estremoz	Escavação - <i>villa</i> abandonada
Monte da Coelha/Silveirona		Estremoz	Escavação - <i>villa</i> necropolizada
Horta da Torre		Fronteira	Escavação - <i>villa</i> abandonada
Capela		Arronches	Escavação - termas abandonadas
Pombais	Marvão	Escavação - termas necropolizadas	

Alguns comentários são possíveis. Desde logo verifica-se uma generalizada estabilidade na presença humana, embora na maior parte dos casos essa se verifique quando a *villa* se encontra desfuncionalizada ou profundamente alterada no seu arquétipo vivencial. Ou seja, existem vários locais onde foram recolhidos materiais posteriores ao século V, mas estes são, na sua maior parte, ou moedas (islâmicas e/ou visigóticas) ou elementos arquitectónicos paleocristãos que testemunham a existência de um edifício de culto cristão. Nos casos em que a informação se torna mais fiável — porque obtida em escavação, mesmo se em intervenções antigas onde a atenção para as realidades tardias não foi a melhor — verifica-se que a *villa* se alterou, passando a necrópole (o que significa uma radical reconversão, visto que o espaço de vida passou a local de tumulação), ou então foi abandonada.

Observamos ainda que, talvez de forma inesperada, são os sítios do arco sudeste aqueles que testemunham um abandono precoce. Estamos nos concelhos de Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Elvas e Campo Maior, os mais próximos da capital provincial e aqueles que em outra ocasião²² designei como pertencendo aos *territórios centrais*, por albergarem as *villae* com mais marcada utilização de *urbana ornamenta* e de algum modo melhor materializando os conceitos de *otium* e de *contemplatio* associados a *domini* urbanos²³. Salvo algumas exceções, nos *territórios periféricos* do arco central da região encontramos uma maior persistência da presença humana. No exemplo mais bem conhecido, o de Torre de Palma (Monforte), verificamos sinais de continuidade de presença na *pars urbana*, nomeadamente nos restauros em *opus signinum* nos mosaicos do peristilo central. Além dos sítios de Monforte, também em Fronteira, Sousel, Alter do Chão e Crato encontramos alguns sinais de resistência, indicando que estas grandes *villae* de marcado cunho produtivo parecem continuar activas, funcionando como marcadores na paisagem e organizadoras do território, eventualmente com uma centralidade conferida por edifícios de culto cristão. Quanto aos territórios marginais, a presença humana quase desaparece, embora em época imperial o tecido das *villae* já fosse muito rarefeito. Mas o que transparece, em toda a região, é que a *villa* enquanto espaço de mundividência clássica termina a sua ocupação em meados ou finais do século V: aquilo que se segue é *outra coisa*, ou seja, se existe presença humana é pontual ou para tumular os mortos em espaços entretanto abandonados. Para perceber melhor este processo analisemos os

²² Carneiro, 2011.

²³ O “desaparecimento” das elites fundiárias tardo-romanas na passagem do século V para o VI já foi tratado por alguns autores, mas destaco o contributo de Tâmara Lewit (2003).

modos como se verificam os últimos momentos de ocupação nas *villae* do Alto Alentejo, de acordo com os modelos propostos²⁴:

Modos de presença humana	Topónimo	Concelho	Comentários
Estrutura produtiva	-	-	-
<i>Squatterização</i> (ocupações pontuais)	Argamassas	Campo Maior	Lareira sobre mosaico
	Quinta das Longas	Elvas	Perfurações em pavimentos
	S. Vitória do Ameixial	Estremoz	Lareiras; consumo de fauna
	Monte de São Pedro	Fronteira	Compartimentação de espaços; silos
Necropolização	Torre de Palma	Monforte	Restauro de mosaicos; lareiras
	S. Salvador	C. Maior	Necrópole fora da <i>pars urbana</i>
	S. Pedro dos Pastores	C. Maior	Necrópole em meio a estruturas
	Ovelheira	Elvas	Sepultura em compartimento absidado em meio a estruturas
	Terrugem	Elvas	Necrópole em meio a estruturas
	Monte da Nora	Elvas	Necropolização do povoado
	Silveirona/Coelha	Estremoz	Necrópole em meio a estruturas
	Horta de S. Pedro	Sousel	Necrópole em meio a estruturas (?) ¹
	Herdade da Palhinha	Fronteira	Epigrafe funerária paleocristã
	Pombais	Marvão	Necropolização de edifício termal
	Mascarro	Castelo de Vide	Sepultura em meio a estruturas
	Vale da Bexiga	Castelo de Vide	Sepulturas em meio a estruturas
Edifício cristão	Torre de Palma	Monforte	Basílica no exterior da <i>pars urbana</i>
Abandono	Capela	Arronches	Edifício termal abandonado

²⁴ A última fase de presença humana nas *villae* reveste-se de várias formas (segundo Ripoll & Arce, 2001; Chavarría Arnau, 2007):

1. Reconversão como espaço produtivo
2. “*Squatterização*” e ocupações pontuais
3. Necropolização
4. Polarização em torno de um templo cristão (interior ou imediações)
5. Abandono definitivo sem presenças posteriores.

Mais uma vez, temos algumas linhas de força que permitem definir uma evolução com elevada coerência nos seus significados intrínsecos. Seguindo a tendência geral do ocidente peninsular, no Alto Alentejo não encontramos — por enquanto? — a reconversão da *villa* em unidade produtiva. Note-se ainda que o fenómeno de abandono está de algum modo implícito na necropolização, visto que esta ocorre quando a *villa* está condenada (mesmo que parcialmente) ou, pelo menos, desfuncionalizada. Ou seja, em todas as *villae* onde estão sepulturas na *pars urbana* ocorreu previamente um processo de esvaziamento da dinâmica quotidiana no espaço habitacional²⁵. Registo também que apenas em Torre de Palma foi inequivocamente identificada uma basílica, a cerca de cem metros da estrutura fundiária, que por isso previsivelmente continuaria em funções; mas a elevada frequência de elementos arquitectónicos que vão sendo identificados na região alerta-nos para a existência de várias estruturas arquitectónicas, pressentidas também no fenómeno de necropolização que por vezes congrega-se em torno de uma estrutura polarizadora²⁶.

Analisando os números, verificamos que os fenómenos de *ocupações pontuais* são frequentes na região. O caso mais bem documentado encontra-se em Herdade das Argamassas (Campo Maior): “Embora não se tenha removido completamente esta unidade [95], verificou-se a existência de uma base de lareira em tijoleira, no centro do compartimento a que estão associadas diversas mós, inteiras ou fragmentadas, e, mais uma vez, diversos fragmentos de *dolium*.”²⁷ Também algumas perfurações nos pavimentos de mosaicos revelados na Sondagem 1 testemunham este tipo de ocupações. Em Torre de Palma foi documentada uma lareira, tal como em Santa Vitória do Ameixial²⁸, enquanto

²⁵ As sepulturas em edifícios termais podem reflectir outros processos, não tão radicais, que se consubstanciam na condenação da exposição pública do corpo e no encerramento dos lugares de pecado, sem que tal suponha o cessar da vivência urbana na *villa*, que se pode processar em continuidade.

²⁶ As estruturas quadrangulares em Silveirona e em Terrugem poderiam ser mausoléus de alguém privilegiado ou funcionar em regime *ad sanctos*, próximo de uma basílica; em São Pedro dos Pastores, toda a reconversão arquitectónica do espaço e a instalação de uma sepultura em sarcófago deixam adivinhar um fenómeno semelhante. Infelizmente, neste sítio não temos uma planta que permita perceber as relações espaciais e estruturais.

²⁷ Brazuna, 2003: 30.

²⁸ Pelo seu interesse e porque permanecem inéditas, registo estas informações retiradas do relatório da intervenção conduzida por Amélia Canilho: “Ao acertar as paredes norte e leste pôs-se a descoberto imediatamente abaixo da terra vegetal um nível de derrube (L.016) constituído por tégulas e argamassa com maior concentração na parte leste da parede norte. A restante área a oeste (L.018) é provavelmente contemporânea mas possui menor quantidade de materiais. A ocorrência [*sic*] de uma camada de terra estéril (L.015) imediatamente abaixo deste nível de derrube indica que a queda do telhado ocorreu algum tempo após o abandono da área. Sob esta camada encontrámos um nível de cinzas (L.014) que se estende por 3 metros novamente com maior concentração para leste da parede norte da vala” [ou seja, foi identificada uma lareira sobre pavimento em terra batida]; “De acordo com a evidência, esta área

em Quinta das Longas o pavimento da *natatio* foi perfurado com grandes covas revestidas a tijoleira. Finalmente, em Monte de São Pedro (Fronteira), existem espaços compartimentados no sector ao qual se sobreporá a igreja medieval do século XIV, além de silos no exterior das estruturas romanas e medievais. Registo ainda que em vários outros sítios arqueológicos se documentam sobreposições de pavimentos, geralmente de terra batida sobre pisos anteriores de *opus signinum*, mas a situação não se encontra suficientemente documentada, seja do ponto de vista cronológico, seja em dimensão de área intervencionada (geralmente são sondagens pequenas, que não deixam uma leitura em planta esclarecedora).

No Alto Alentejo a situação mais frequente é, afinal, a necropolização do espaço habitado, seguindo uma tendência numerosa no ocidente hispânico. Tal circunstância leva a que seja necessário detalhar com mais rigor a diversidade de casos registados:

Topónimo	Concelho	Área de implantação sepulcral
Pombais	Marvão	Escavação - Edifício termal
São Pedro dos Pastores	Campo Maior	Escavação - Espaço de habitação (<i>pars urbana</i> ?)
São Salvador	Campo Maior	Escavação - Em edifício termal (?)
Silveirona/Coelha	Estremoz	Escavação - <i>Pars rustica</i> (?)
Terrugem	Elvas	Escavação - Próximo da <i>pars urbana</i> ; edifício termal?
Monte da Nora	Elvas	Escavação - Em meio do povoado, após abandono
Ovelheira	Elvas	Escavação - Sepultura em compartimento absidal
Vale da Bexiga	Castelo de Vide	Escavação - Em meio a estruturas
Barragem da Póvoa	Castelo de Vide	Escavação - Em meio a habitações
Mascarro	Castelo de Vide	Escavação - Em meio a habitações, <i>pars rustica</i> ?
Monte das Freiras	Arronches	Prospecção, visíveis à superfície – Em meio de habitações
Horta de S. Pedro	Sousel	Informações orais de sepulturas em meio a muros
Torre de Palma	Monforte	Escavação - Zona funerária anterior; construções
Curral de Sampão	Monforte	Escavação - Construções (Casal?)

serviu para o escoamento da água acumulada no tanque no topo da elevação para Norte, encosta abaixo. Após o abandono destas condutas, ou paralelamente, vários pavimentos foram construídos e destruídos pelo uso da área para lareiras [onde foi encontrada uma carapaça de tartaruga ou cágado]. Os “restos de cozinha” encontrados associados a objectos como um caldeirão e uma colher de bronze, aparentemente descobertos nesta mesma área em escavações anteriores [...] reforçam a evidência estratigráfica: as camadas de cinza intervaladas com camadas de terra, especialmente bem visíveis no corte leste da vala, indicam o uso repetido da área e também o seu carácter temporário.” (Amélia Carrilho, Relatório da campanha de limpeza de 1986 [dactilografado], p. 7 e 9, Santa Vitória do Ameixial (Estremoz) Processo IPA S-11238).

Mais uma vez, temos alguns eixos comuns. Desde logo, o facto de a necropolização atingir tanto *villae* como povoados (Monte da Nora; Barragem da Póvoa; Monte das Freiras), e talvez mesmo um casal (Sampão, onde todavia foi encontrado um tesouro numismático). À excepção de Torre de Palma, todos estes sítios foram abandonados precocemente, em torno a meados do século V, e pelo espólio das sepulturas a sua instalação far-se-á na geração seguinte à do abandono, pois os materiais são ainda do século V ou inícios do VI – o que implica uma radical reconversão da percepção do espaço, que de vida transforma-se em invólucro sepulcral. Note-se que em quase todos os casos há uma pilhagem do espólio integrado na estrutura de habitação e que é reutilizado para a arquitectura das sepulturas²⁹, ou seja, não só o espaço de vida perdeu o seu significado, mas também *tudo o que o compunha*, em especial os elementos arquitectónicos e decorativos. Em alguns casos, como em São Pedro dos Pastores, existe uma reconfiguração arquitectónica do espaço, com uma sepultura em sarcófago ocupando a centralidade de uma sala que foi beneficiada para o acolher. A instalação ocorre preferencialmente no edifício termal, mas também no espaço residencial ou mesmo no ambiente produtivo da *pars rustica*. E, finalmente, note-se que se trata de um fenómeno disseminado por toda a área de estudo, quer nas zonas envolventes das *urbes* (*Ammaia* e *Emerita Augusta*), quer na faixa central do território (Arronches, Sousel, Monforte). Ou seja, é indiscutível que em meados do século V ocorre uma profunda viragem conceptual, que transforma radicalmente o entendimento do espaço construído e leva à sua rejeição. Por influxo do cristianismo? Assim parece, dadas as marcas cristãs que percorrem todas estas necrópoles, seja pela proximidade de basílicas (Torre de Palma, Silveirona, esta intuída³⁰), seja pelo espólio (Silveirona, Terrugem, Pombais, Vale da Bexiga), seja ainda por fenómenos de sepulturas *ad sanctos* ou privilegiadas (Silveirona, Terrugem, São Pedro dos Pastores). Sem dúvida que futuras intervenções trarão mais dados para análise confirmando, ou não, estas impressões, e permitirão naturalmente perceber onde vivem as comunidades que tumulam estes mortos.

Se nos espaços de vida existem profundas alterações, vejamos o que se passa em outros domínios.

²⁹ Sendo o exemplo paradigmático o caso de Silveirona.

³⁰ Wolfram, 2012: 259-274.

4. O mundo funerário como espaço de continuidade (?)

Em outros lugares as tumulações apresentam inesperados nexos de continuidade. Na realidade, se detectamos uma fractura importante no espaço residencial das *villae* e povoados – que de lugar de habitação se reconvertem em local de necrópole – em algumas situações verificamos que as tumulações escolhem áreas que de há muito – por vezes, quase um milénio - eram zonas de deposição funerária. A topografia da morte apresenta uma estabilidade que ultrapassa gerações e as profundas cambiantes do espectro político-social.

O exemplo mais conhecido na região – embora, curiosamente, nunca objecto de uma publicação de conjunto – cartografa-se em Torre de Palma. A alguma distância da *villa* é escolhido um local onde as primeiras deposições de cremação datarão de meados do século I, e que depois irá funcionar como *marcador simbólico* de toda a evolução posterior. Em seu torno implantam-se outras necrópoles, e junto a este cemitério irá ser construída a basílica paleocristã no século V. Da primeira fase, infelizmente, documenta-se apenas uma sepultura com abundante espólio no “cemitério ao pé da estrada”, ao qual depois se irão seguir três outros espaços, incluindo tumulações no espaço onde depois será construído o templo cristão. Este conjunto manter-se-á constante no espaço, sempre funcionando a cerca de 150 metros do centro da *pars urbana* e do lado oposto de uma pequena linha de água. Na zona de Elvas existe uma situação quase idêntica na *villa* de Carrão, que também apresenta, separada por uma linha de água e a cerca de 150 metros, a necrópole de Chaminé. Na realidade são várias necrópoles, com uma larguíssima diacronia que se inicia com um extenso núcleo de mais de 150 incinerações em urnas da Idade do Ferro, uma sepultura alto-imperial de incineração, e um conjunto de 25 sepulturas de inumação (século III?), que será mais tarde ampliado por 75 sepulturas de inumação orientadas canonicamente e com escasso espólio. Como no caso anterior, parece que esta topografia funerária regista escassas oscilações, visto que já Abel Viana notara que o núcleo de urnas se implantava “nos intervalos das covas”³¹.

Como é evidente, a investigação dos espaços sepulcrais tem decorrido de forma mais fortuita e irregular do que nas *villae*, essencialmente pela dificuldade de detecção que as necrópoles apresentam. Mas note-se que em outros locais da região existem fenómenos de continuidade funerária:

³¹ Viana, 1950: 308.

Topónimo	Concelho	Realidades funerárias
Horta do Pascoal	Crato	Leite de Vasconcelos informa que uma epígrafe estava reutilizada em sepultura tardia
Outeiro do Mouro	Fronteira	Duas sepulturas de inumação no topo da elevação onde se encontram 30 sepulturas de incineração
Tapada das Pinheiras	Ponte de Sôr	Duas sepulturas sobrepostas, uma de inumação sem espólio sobre outra de incineração com várias peças cerâmicas
Camugem	Elvas	3 sepulturas tardias, uma reaproveitando epígrafe funerária
Padrão	Elvas	22 incinerações + nº indeterminado de inumações em caixas de lajes de xisto com escasso espólio
Torre das Arcas	Elvas	79 sepulturas entre o século I e VI (?)
Serrones	Elvas	92 sepulturas entre o século I e V (?)
Silveirona	Estremoz	Duas necrópoles, necropolização de estruturas anteriores, epígrafes reutilizadas
Padrãozinho	Vila Viçosa	189 sepulturas em quatro núcleos, 2 de inumação e 2 de incineração, desde a Idade do Ferro ao século VI (?)

Verificamos portanto que a continuidade do espaço sepulcral parece apresentar uma estabilidade muito coerente, quer em toda a área geográfica (mesmo no caso de Ponte de Sôr, concelho onde os sítios romanos estão longe de reflectir a pertença aos ideais clássicos), quer de forma independente da variabilidade do número de sepultados, pois seja em necrópoles extensas, seja em casos isolados, encontramos nexos de continuidade topográfica e/ou reaproveitamento de peças. Um respeito pelo espaço de memória dos antepassados, independentemente de quem fossem?

5. Novas gentes?

Um último vector de análise, talvez o mais fluido e de mais difícil leitura: temos afinal novas comunidades nesta região, corporizando um dos *tópoi* mais frequentes nos textos tardo-antigos, o da instalação de comunidades bárbaras? É evidente que a resposta depende do *peso relativo* que apresentam os indicadores da cultura material, pois uma fíbula ou uma moeda visigótica não significam necessariamente que os seus portadores fossem igualmente *visigóticos*. Como em outros campos de leitura arqueológica, não se pode confundir a realidade concreta com os

wishful thinkings dos investigadores, sempre tentados a encontrar aquilo que desejam encontrar.

Esvaziemos então os materiais alógenos para uma leitura meramente artefactual, presumindo que a sua presença indicia apenas e afinal o que verdadeiramente representa: novos materiais que se vão lentamente substituindo ao fundo hispano-romano. Eis o inventário que inclui numismas, fivelas e materiais de construção paleocristãos, mas somente os identificados em contexto rural:

Topónimo	Concelho	Tipo de material
Alivã	Campo Maior	Materiais de construção (pilastra) e epígrafe
Nogueiras	Borba	Materiais de construção (pé de altar)
Torre do Almo	Sousel	Materiais de construção (indeterminado)
Horta de São Pedro	Sousel	Materiais de construção (cimácio)
Silveirona	Estremoz	Materiais de construção
São Bento de Ana Loura	Estremoz	Materiais de construção (pé de altar?)
Torre de Palma	Monforte	Materiais de construção e basílica
São Pedro de Almuro	Monforte	Materiais de construção (cancela?)
Burraz	Fronteira	Materiais de construção (cimácio)
Herdade da Palhinha	Fronteira	Epígrafe funerária
Mosteiros	Crato	Materiais de construção (capitel)
Granja	Crato	Materiais de construção (notícia de capitel)
Vale da Bexiga	Castelo de Vide	Materiais de construção (colunelo)
Mascarro	Castelo de Vide	Materiais de construção (coluna?)
Fontalva	Elvas	Fivela de contexto indeterminado
Vinagreira	Elvas	Fivela em contexto residencial
Chaminé	Elvas	Fivela em sepultura
Silveirona	Estremoz	Fivela em sepultura
Sampão	Monforte	Fivela em sepultura
Torre de Palma	Monforte	Contexto indeterminado
Gafete	Crato	Contexto indeterminado
Santa Marinha	Castelo de Vide	Fivela em sepultura
Azinhaga da Boa Morte	Castelo de Vide	Fivela(s) em sepultura(s)
Patalou	Nisa	Fivelas (coleção particular)
Valbom	Elvas	Triente de Tulga
Mascarro	Castelo de Vide	Moeda de ouro de Egica
Chão do Pinheiro	Nisa	Triente de ouro
Tapada da Fonte da Cal	Nisa	Triente de ouro de Juliano
Coutadinha	Nisa	Moeda visigótica não descrita
S. Gens	Nisa	Soldo visigótico em ouro

Colocando os pontos no mapa, o que temos? A sul, um grande conjunto de evidências na zona de Elvas, em especial nos artefactos metálicos, coincidindo aliás com a persistência na topografia funerária que o concelho apresenta. A norte, uma inesperada concentração de numismas em Nisa, a que acresce uma fivela em Patalou, um sítio em permanente espoliação e que merecia um olhar atento. A este núcleo soma-se a fivela de Gáfete, em ambiente fisiográfico semelhante, e os numerosos indicadores do concelho de Castelo de Vide³². Talvez a proximidade do ambiente mineiro do *aurifer Tagus*, em especial do complexo de exploração de *ruina montium* em Conhal do Arneiro (Nisa), explique este fenómeno, que contudo se prolonga para a actual Extremadura espanhola.

Portanto, numerosos indicadores nos extremos geográficos da área em estudo, junto às bacias dos grandes rios. Mas o que ressalta ao olhar é sobretudo a concentração na faixa central do território, nos *territórios periféricos* que vão de Castelo de Vide a Monforte, passando pelo Crato, Sousel e Fronteira: numerosos e variados elementos, centrados sobretudo em elementos arquitectónicos e fivelas, visto que a detecção de moedas (especialmente as de ouro) obedece sempre a contingências específicas relacionadas com o perfil dos achadores, nem sempre arqueólogos... Trata-se de um território com densa presença humana, em transformação contínua, que se mantém solidamente povoado, talvez por força de uma base económica assente na agro-pecuária extensiva, para a qual o quadro paisagístico apresenta perfeitas aptidões.

Como já foi referido, novos materiais não significam necessariamente *novas gentes*, apenas a capacidade de se manterem fluxos comerciais e a integração de novos elementos materiais nos conjuntos artefactuais em evolução. De qualquer modo, a cartografia (possível) mostra que, onde existem actividades económicas – mineração, pedreiras, agricultura extensiva, rotas comerciais – existem pessoas com novos materiais e estruturas de reunião e congregação de pessoas. O despovoamento ocorre de forma radical nos territórios ocidentais, as *terras de areia* próximas dos terraços quaternários do Tejo, onde já em época imperial os indicadores de povoamento eram escassos. Retracção e transformação nas pautas de povoamento, portanto.

³² Curiosamente Marvão, o concelho vizinho onde se implanta a *urbs ammaiense*, surge virgem de registos, o que para já não deve ser unicamente explicado por fenómenos da *geografia da investigação*, que tem sido muito intensa em ambos os territórios.

Um olhar geral sobre o que acontece no Alto Alentejo a partir do século V

Em resumo, sublinhem-se algumas linhas de força que, mesmo apesar da precariedade informativa (sobre 90% dos sítios registados em época imperial não existem indicadores cronológicos fiáveis), parecem começar a tomar forma. O maior número de dados provém de *villae*, mostrando também como estas grandes estruturas fundiárias que dominaram a paisagem continuam a polarizar a atenção dos investigadores. E os dados parecem ser concordantes: a partir de meados/finais do século V operam-se radicais transformações nestes sítios, que conduzem a que a *villa* enquanto paradigma vivencial da cultura erudita clássica cesse o seu funcionamento, ou seja, existe presença humana no seu espaço durante o século VI, mas esta funciona em regime de *squatterização* ou de espaço sepulcral (o caso mais frequente), o que significa, na prática, uma radical transformação do seu conceito de utilização. As poucas *villae* ocupadas apresentam um novo espaço que centraliza as atenções da comunidade: um templo cristão, mostrando como um novo paradigma religioso e cultural se instala nos campos da *Lusitania*. As *villae* resistem melhor no espaço central do território, possivelmente devido a fenómenos de concentração fundiária, verificando-se que os territórios *ultra-periféricos* se encontram despovoados já desde os inícios do século V (ou mesmo século IV), sintoma de uma manifesta retracção das pautas e índices de povoamento. Outro fenómeno reside na *homogeneização* da rede de sítios, que em época imperial apresenta variadas tipologias e categorias, e que em época tardia se resume a *villae* e templos cristãos, mostrando como a *classe média* (como os casais agro-pecuários) desapareceu por completo, o que por certo reflectirá alterações mais profundas na sociedade. Desta forma, a maior diacronia de ocupação nos territórios centrais poderá ligar-se ao sistema de posse da terra e a uma agricultura extensiva de base agro-pecuária, com concentrações de propriedades promovidas por uma elite fundiária que aproveita a construção de templos cristãos para reforçar o seu ascendente social, além de eventualmente contarmos com a presença de uma estrutura hierárquica de igreja que começa a estender-se para a paisagem rural. Em alguns pontos as comunidades de camponeses procuram novas formas de subsistência, ora explorando bolsas onde se possibilita a economia de amplo espectro, ora procurando topos e locais de difícil acesso (também por questões de segurança?).

Acompanhando este processo surgem também novos materiais arqueológicos, em especial em contexto sepulcral. Se reflectem novas populações, ainda é cedo para o dizer, mas mais uma vez verifica-se que estes materiais encontram-se próximo de vias e estradas imperiais (onde, aliás, se mantém a mais elevada densidade de povoamento) ou junto a

recursos económicos de elevada rentabilidade que já em época imperial mereceram decerto uma atenção privilegiada por parte da administração provincial ou mesmo imperial: é em torno às pedreiras de mármore e às minas do *aurifer Tagus* que encontramos marcas materiais que reflectem novos poderes territoriais. Se estes elementos arqueológicos que encontramos descontextualizados significam que por estas paragens ainda há actividade económica, é cedo para dizer no actual estado da investigação; mas de algum modo testemunham um território em transformação, onde, mais do que *novas gentes*, devemos considerar a chegada de novas ideias e sentimentos que vão substituir a erudita cultura clássica pelos conteúdos da religião cristã.

Adenda

A título de mera curiosidade etno-literária, deixo o registo de uma pequena memória regional:

“À beira de uma fonte murmurante
É tradição que alguém alevantou
cabanas, contra o frio penetrante,
Nas quais um povo rude se albergou”³³

Bibliografia

BRAZUNA, Sandra (2003), Villa da Herdade das Argamassas. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos 2002/2003. Lisboa, Era-Arqueologia, S.A., relatório apresentado ao Instituto Português de Arqueologia [policopiado].

BROGIOLO, Gian Pietro, e CHAVARRIA ARNAU, Alexandra (2008), El final de las villae y las transformaciones del território rural en Occidente (siglos V-VIII). Fernández Ochoa, García-Entero e Gil Sendino (eds), *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio. Arquitectura y función*. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Gijón, Ediciones Trea, p. 193-213.

BROWN, Peter (1995), *La Toge et la Mitre. Le monde de l'antiquité tardive*. Paris, Thames & Hudson.

CARNEIRO, André (2009-2010), A cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em época romana: uma leitura de conjunto. *Hispania Antiqua* nº 33-34, Valladolid, p. 237-272.

³³ Poema de António de Oliveira sobre a origem de Barbacena (Elvas), in: *Brados do Alentejo*, José Hermida em 29-1-1933, ano III nº 105 p. 40.

CARNEIRO, André (2011), *Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana. Vectores estruturantes durante o Império e Antiguidade Tardia*. Dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Évora, 2 volumes [policopiado].

CHAVARRÍA ARNAU, Alexandra (2005), Villas in Hispânia during the fourth and fifth centuries. K. Bowes and M. Kulikowski (ed.), *Hispania in late Antiquity*, Leiden-Boston, Brill, p. 519-552.

CHAVARRÍA ARNAU, Alexandra (2007), *El final de las villae en Hispania (siglos IV-VIII)*. Turnhout, (Bibliothèque de l'Antiquité Tardive 7), Brepols Publishers.

LEWIT, Tamara (2003) 'Vanishing villas': what happened to elite rural habitation in the West in the 5th-6th c.? *Journal of Roman Archaeology*, vol. 16, p. 260 -274.

PAÇO, Afonso do (1949), Inscrição do Monte Velho (Beirã, Marvão). *Brotéria*, Lisboa, 49 (1), Jul., p. 40-54.

RAYNAUD, Claude (2000), Les campagnes en Gaule du Sud-Est dans l'Antiquité Tardive et le Haut Moyen Âge. *Zephyrus* 53-54, Salamanca, p. 473-507.

RIPOLL, Gisella e ARCE, Javier (2001), Transformación y final de las villae en occidente (siglos IV-VIII): problemas y perspectivas. *Arqueología y territorio medieval* nº 8, Jaén, p. 21-54.

SCOTT, Sarah (2004), Elites, exhibitionism and the society of the late Roman Villa. Christie, Neil (ed.), *Landscapes of change. Rural evolutions in late antiquity and the early Middle Ages*. London, Aldershot, p. 39-65.

SFAMENI, Carla (2006), Commitenza e funzioni delle ville «residenziali» tardoantiche tra fonti archeologiche e fonti letterarie. Chavarría, Arce, Brogiolo (ed.), *Villas tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental. Anejos del Archivo Español de Arqueología XXXIX*, Madrid, CSIC, p. 61-72.

WICKHAM, Chris (2008), *Una historia nueva de Alta Edad Media. Europa y el mundo mediterráneo, 400-800*. Barcelona, Crítica.

VAN OSSEL, Paul e OUZOULIAS, Pierre (2000), Rural settlement economy in Northern Gaul in the Late Empire: an overview and assessment. *Journal of Roman Archaeology* volume 13, p. 133-160.

VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel (1989), *Las pizarras visigodas: edición crítica y estudio*. Murcia, Junta de Castilla y León.

VIANA, Abel (1950), Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol.12 (3-4), Porto, p. 289-322.

WOLFRAM, Mélanie (2012), *A cristianização do mundo rural no Sul da Lusitânia*. Dissertação de Doutoramento em História, variante Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa e Université de Sorbonne, 3 volumes [policopiado].

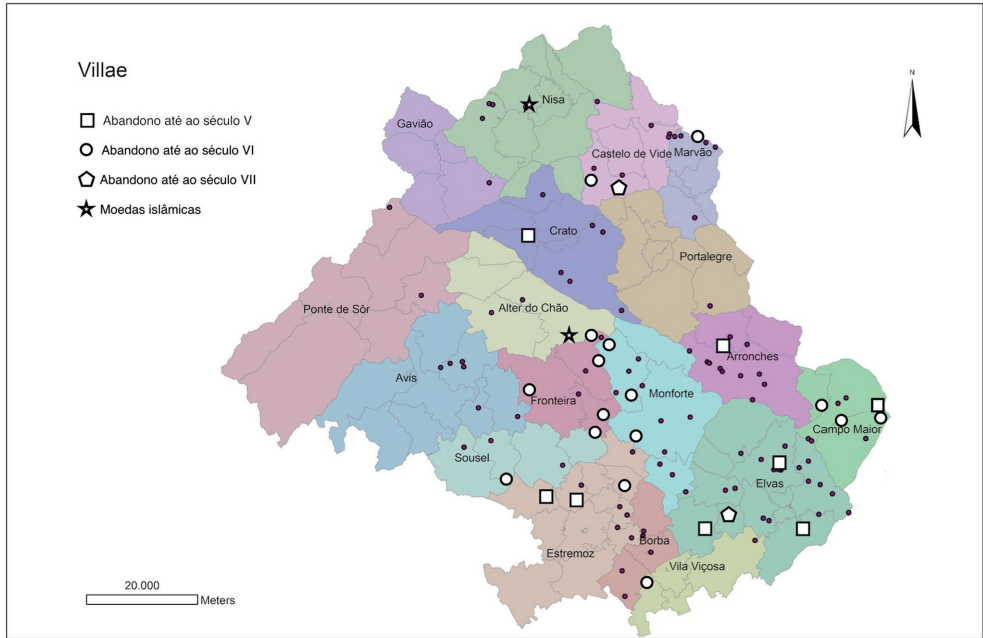


FIG. 1 - Indicadores cronológicos de presença humana em *villae* no Alto Alentejo (a partir de Carneiro, 2011).

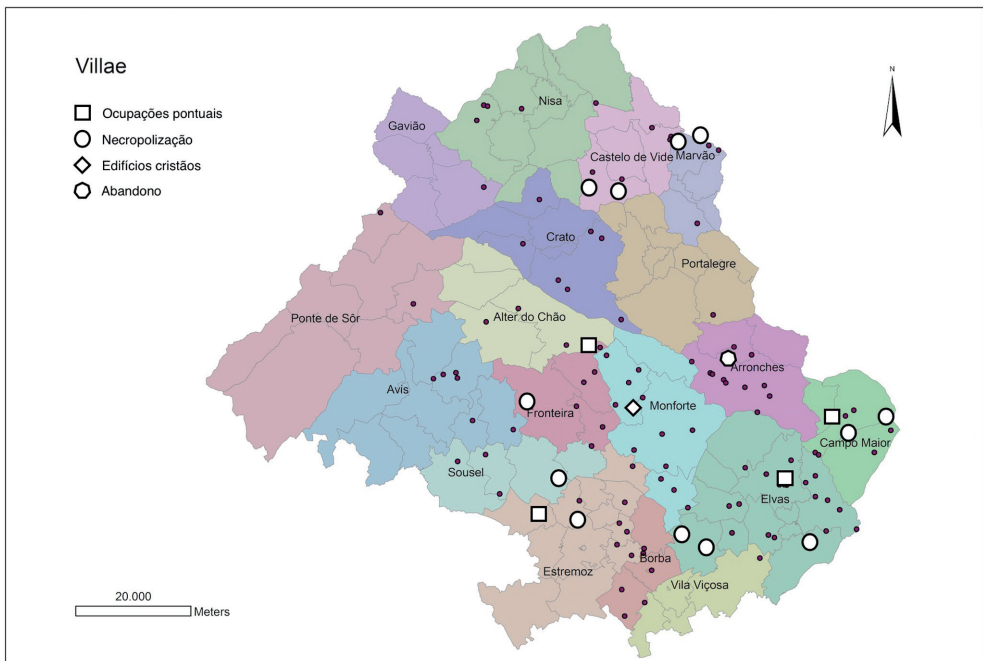


FIG. 2 - Reversões verificadas em *villae* no Alto Alentejo (a partir de Carneiro, 2011).

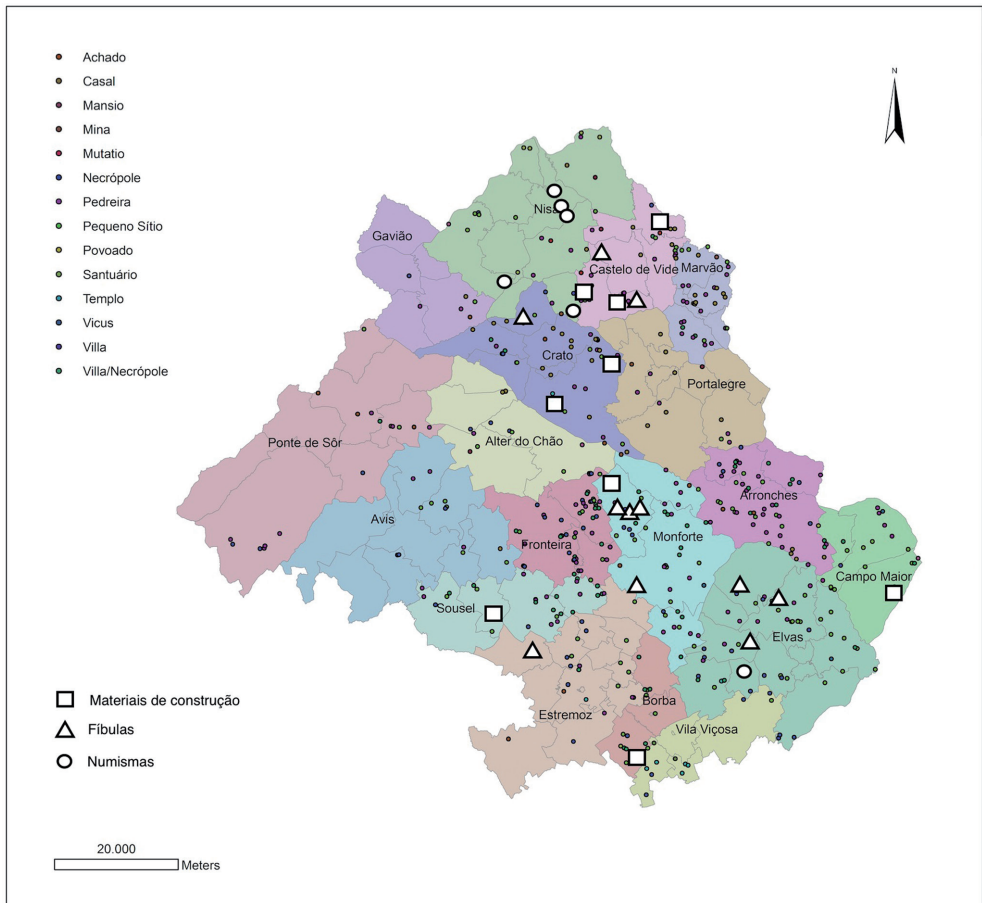


FIG. 3 - Testemunhos arqueológicos de materiais pertencentes aos séculos VI e VII no Alto Alentejo (a partir de Carneiro, 2011).

Índice

INTRODUÇÃO	7
JOSÉ LUIS RAMÍREZ SÁDABA - Augusta Emerita entre romanos e bárbaros: testimonios epigráficos	9
JOSÉ d'ENCARNAÇÃO - Formulários epigráficos	35
AMÍLCAR GUERRA - Notas sobre as perdurações onomásticas pré-romanas no ocidente peninsular	47
MANUEL SALINAS DE FRÍAS - Un hito catastral de Constantino II y algunos aspectos relativos a Lusitania durante el siglo IV	71
JOÃO L. DA INÊS VAZ - Apontamentos de arquitectura e epigrafia paleocristãs da Lusitânia	89
PEDRO GOMES BARBOSA - Os judeus e as leis visigodas	113
MAURICIO PASTOR MUÑOZ - El final de los <i>Munera et Venationes</i> en Lusitania	121
JAVIER ANDREU PINTADO - Imagem imperial y ornamentación urbana en Lusitania: a propósito de los pedestales imperiales tardoantigos	151
JONATHAN EDMONDSON - The administration of Lusitania from the reforms of Dioclecian to c. 340	179
SABINE LEFEBRE - Réception du pouvoir impérial en Lusitanie de Dioclétien à la fin de la dynastie constantinienne	223
ANDRÉ CARNEIRO - Mudança e continuidade no povoamento rural no Alto Alentejo durante a Antiguidade Tardia	281

INÊS VAZ PINTO, ANA P. MAGALHÃES, PATRÍCIA S. BRUN - Tróia na Antiguidade Tardia	309
MARIA JOÃO CORREIA SANTOS - Mogueira: um espaço sagrado na encruzilhada de dois mundos	335
CATARINA TENTE, ADRIAAN DE MAN - O fim da Lusitânia: fragmentação e emergência de poderes no território de Viseu	375
PEDRO C. CARVALHO - O final do mundo romano: (des)continuidade e/ou (in)visibilidade do registo nas paisagens rurais do interior norte da Lusitânia	397
JOÃO L. DA INÊS VAZ - À guisa de conclusão	437

Afinal, onde pára a nossa Lusitânia? Morreu?

Não, porque só há morte quando a memória desaparece e a memória da Lusitânia ressurgiu em força.

Aqui estamos hoje, não para decretar a morte da Lusitânia, mas apenas para uma paragem que nos levará a ressuscitar a memória cada vez mais viva e mais clara do que foi esse passado glorioso.



Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património

